

# O papel da Escola Pública

■ **ARIANA COSME E RUI TRINDADE**

O debate sobre a Escola Pública é um debate que já não admite reflexões ingénuas ou heróicas. Os interesses em jogo são tão diversos que as leituras sobre essa instituição têm que ser forçosamente distintas. Daí que tenhamos deixado de alimentar ilusões acerca da possibilidade de estabelecer consensos universais em torno das finalidades, do financiamento, das modalidades de administração ou dos projectos e das modalidades de gestão curricular e pedagógica da Escola Pública.

Dito isto, compreender-se-á melhor que tenhamos necessidade de começar por clarificar neste texto que a reflexão que propomos se faça a partir da perspectiva daqueles que vinculam o debate sobre esta instituição ao debate mais amplo sobre as exigências, os compromissos e os valores que, em princípio, deveriam nortear a vida nas sociedades democráticas. Perspectiva esta que justifica a opção por abordar as finalidades da Escola Pública e a configuração da acção docente como temáticas a privilegiar neste

texto, não porque sejam as únicas dimensões a considerar, mas porque são duas temáticas incontornáveis do debate a fazer, tendo em conta a perspectiva em que nos posicionamos.

Finalidades e natureza da acção educativa da Escola Pública

Um dos maiores problemas com que, hoje, se debate a Escola Pública tem a ver com a perspectiva, nem sempre explícita, através da qual se tendem a desvalorizar as suas finalidades educativas face às suas finalidades sociais, enquanto resposta generosa que, sob a capa da sua afirmação como um espaço inclusivo, contribui para definir essa mesma escola como um contexto marcado mais por preocupações de natureza filantrópica do que por preocupações de carácter cultural. Trata-se de uma perspectiva que, importa reconhecê-lo, se tem vindo a construir em função das exigências de universalização do acesso à Escola e, subsequentemente, em função das dificuldades que esta mesma Escola sente em cumprir os propósitos da universalização do sucesso escolar, devido às manifestas dificuldades em lidar com os alunos oriundos de meios socialmente desfavorecidos. É como resposta a tais dificuldades que as escolas, sobretudo aquelas que se situam

em comunidades marcadas por fenómenos de exclusão social, tendem a configurar o sucesso escolar dos seus alunos a partir de outros critérios onde a dimensão cultural do processo de formação tende a ser minorizada.

Eis-nos, assim, perante uma estratégia que, entre outras coisas, exprime as dificuldades em configurar a acção educativa nesses contextos educativos a partir de outros pressupostos e de outras dinâmicas relacionadas com a organização e a gestão do trabalho pedagógico no espaço das salas de aula e, posteriormente, com a gestão de todo o tipo de actividades que possam ter lugar nas escolas, relacionado com a actividade docente.

Há que reconhecer que a Escola, como uma instituição educativa incontornável na sociedade em que vivemos, terá que ser compreendida à luz da apropriação de uma fatia decisiva do património cultural disponível, enquanto condição do processo de afirmação e desenvolvimento das crianças e dos jovens no seio dessa mesma sociedade. É aliás, em nome da apropriação de um tal património, entendido como um conjunto de informações, instrumentos, procedimentos, atitudes e valores a partilhar, que decorre a necessidade de entendermos a construção da

Escola Pública como um bem comum. Não se pode, por isso, dissociar a dimensão cultural da dimensão da formação pessoal e social das crianças e dos jovens no seio das escolas, não só porque a segunda não é exequível se não se valorizar a primeira, do mesmo modo que esta acaba por ser afectada quanto ao seu impacto e pertinência se não contribuir para que uma tal formação possa ocorrer. É que a formação pessoal e social como dimensão transversal que as escolas deverão assumir nem se pode circunscrever ao domínio das competências psicológicas, sociais e relacionais, nem tão pouco pode ser dissociada do contacto com os dispositivos culturais em função dos quais não só modelamos a nossa visão sobre mundo, como o interpretamos e agimos sobre ele.

O que defendemos é que é crucial compreender que o futuro da Escola Pública como uma instituição educativa, e não como uma instituição confinada à reabilitação social daqueles que a frequentam, depende da sua afirmação como um pólo de desenvolvimento cultural, de tal modo que se possa considerar, finalmente, que essa instituição só poderá honrar os seus compromissos sociais se souber honrar os seus compromissos educativos.